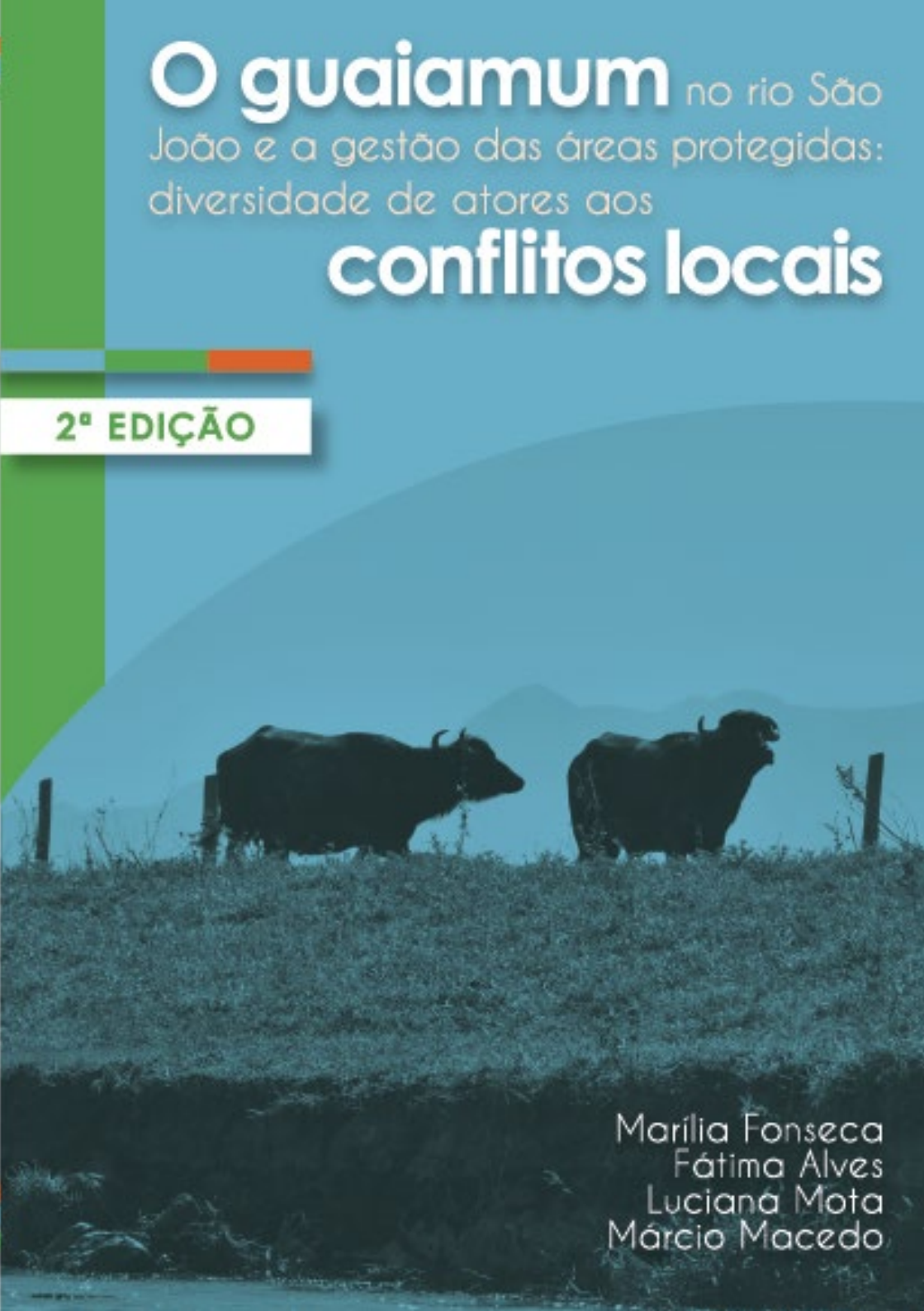


O guaiamum no rio São João e a gestão das áreas protegidas: diversidade de atores aos conflitos locais

2ª EDIÇÃO

The background of the cover features a photograph of two water buffaloes standing in a grassy field. The buffaloes are dark in color and are silhouetted against a lighter, hazy background of hills and a sky. The overall color palette is dominated by shades of blue and green, with a white box for the edition information on the left side.

Marília Fonseca
Fátima Alves
Luciana Mota
Márcio Macedo



**O guaiamum no rio São João
e a gestão das áreas protegidas:
da diversidade de atores
aos conflitos locais**

Marília Fonseca
Fátima Alves
Luciana Mota
Márcio Macedo

2022

Capa: Louhana Barreto
Colaboração: Eduardo de Almeida
Diagramação: Lucas Melo Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Guaiamum no rio São João e a gestão das áreas protegidas: da diversidade de atores aos conflitos locais [livro eletrônico] / Marília Fonseca...[et al.]. -- 2. ed. -- Rio das Ostras, RJ : Ed. dos Autores, 2022. PDF.

Outros autores: Fátima Alves, Luciana Mota, Márcio Macedo.

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-58845-3

1. Áreas protegidas - Gestão 2. Caranguejos - Pesca 3. Conflitos socioambientais 4. Pesca artesanal - Aspectos ambientais I. Fonseca, Marília. II. Alves, Fátima. III. Mota, Luciana. IV. Macedo, Márcio.

22-139302

CDD-639.541081

Índices para catálogo sistemático:

1. Caranguejo guaiamum : Pesca : Áreas protegidas : Brasil 639.541081

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Todos os direitos reservados. O texto dessa obra não pode ser reproduzido todo ou em parte, por qualquer meio, sem prévia e formal autorização dos proprietários dos direitos autorais.



Aos pescadores artesanais de guaiamum do rio São João:
autores anônimos que participaram generosamente na
elaboração deste livro.





“Quando duas ondas
colidem, nenhuma
chega a seu
destino.”
(Confúcio)



PROJETO GUAIAMUM



Apoio:



"A realização da Pesquisa Marinha e Pesqueira é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa PRIO, conduzido pelo Ministério Público Federal - MPF/RJ"

Marília Fonseca, pesquisadora do Projeto Guaiamum: Bioecologia e Etnoconhecimento para a Conservação, é Mestre em Cidadania Ambiental e Participação pela Universidade Aberta de Portugal e é bacharel em Ciências Biológicas com ênfase em Biologia Marinha pela Universidade Santa Cecília. Como investigadora colaboradora está integrada ao CEF - Centro de Ecologia Funcional, Ciência para as Pessoas & o Planeta, Universidade de Coimbra, na Linha de Investigação Sociedades e Sustentabilidade Ambiental. Atua a cerca de 25 anos em projetos com comunidades tradicionais voltados à conservação e educação ambiental, sendo a maioria implementados em áreas protegidas. Destacam-se a experiência com metodologias participativas e a habilidade para mediação e gestão de conflitos.

Fátima Alves, pesquisadora do Projeto Guaiamum: Bioecologia e Etnoconhecimento para a Conservação, é doutora em Sociologia e Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais e Gestão da Universidade Aberta. Como investigadora está integrada no CEF - Centro de Ecologia Funcional, Ciência para as Pessoas & o Planeta, Universidade de Coimbra, Portugal, onde coordena a Linha de Investigação Sociedades e Sustentabilidade Ambiental. Coordena a Extensão do CEF da Universidade de Coimbra na Universidade Aberta. Trata-se de um grupo de investigação multidisciplinar que integra investigadores e alunos de pós-graduação das ciências naturais e das ciências sociais. O seu trabalho de investigação e de orientação pós-graduada tem-se centrado na Sociologia do Ambiente; Sociologia da Saúde e Doença e Doença Mental; Política social; Mudanças Climáticas e Saúde; Género e Saúde; Interculturalidades, Saúde e Bem-estar; Ambiente e Sociedade; Racionalidades leigas e Mudanças Climáticas; Ambiente, Sociedade e Cultura; Governança dos Sistemas Socioambientais, Participação e Cidadania; Metodologias Qualitativas. Tem desenvolvido trabalho de cooperação para o desenvolvimento com Moçambique e Brasil.

Luciana Mota, pesquisadora do Projeto Guaiamum: Bioecologia e Etnoconhecimento para a Conservação, é graduada em Língua Portuguesa e Literatura. Há 13 anos vem atuando em projetos voltados às comunidades tradicionais. Coordenou projetos condicionantes de licenças ambientais de Comunicação Social e Educação Ambiental em empresas petrolíferas. Experiente em intermediar negociações entre empresas, órgãos ambientais e comunidades impactadas por empreendimentos de alto risco.

Marcio Luís Chagas Macedo, coordenador executivo do Projeto Guaiamum: Bioecologia e Etnoconhecimento para a Conservação, é graduado em Ciências Biológicas pelas Faculdades Integradas Maria Thereza e pesquisador associado do Laboratório de Carcinologia do Departamento de Zoologia do Instituto de Biologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desde 2004 atua profissionalmente com as comunidades pesqueiras artesanais da costa brasileira tendo como foco a educação ambiental e o conservacionismo. Monitoramento do desembarque pesqueiro, pesca sustentável, biologia e tecnologia pesqueira são algumas das principais áreas de trabalho com maior atuação no estado do Rio de Janeiro.

Este livro “O guaiamum no rio São João e a gestão das áreas protegidas: da diversidade de atores aos conflitos locais” faz parte de uma trilogia¹ resultante do **Projeto Guaiamum - Bioecologia e Etnoconhecimento para a Conservação**², cujo objetivo é promover estratégias que compatibilizem a conservação e proteção do guaiamum com os modos de vida local, dando ênfase aos saberes tradicionais e voz aos atores locais, em particular os pescadores.

O projeto decorreu na área que abrange os municípios de Cabo Frio e Casimiro de Abreu, ambos no estado do Rio de Janeiro, Brasil. O foco é o rio São João e seu entorno, onde as suas áreas estão protegidas por duas Unidades de Conservação: a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado e o Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado.

Contudo, por ser uma área relativamente extensa, localizada próxima a bairros residenciais, rica em vegetação e ainda com um dos principais rios da região, naturalmente atrai atores com seus múltiplos interesses. É justamente essa diversidade que, muitas vezes, acaba gerando conflitos, seja pela disputa relacionada ao uso do território ou até mesmo devido ao impacto causado por atividades exercidas de forma desordenada.

No contexto dessa variedade de demandas de uso e apropriação do espaço, temos os pescadores artesanais locais ou oriundos de outras cidades ou estados que fazem da captura de guaiamum (*Cardisoma guanhumi*) uma das suas atividades e fonte de sustento.

¹ Compõem a trilogia: “Os conhecimentos ecológicos tradicionais sobre a pesca do guaiamum em áreas protegidas do rio São João” e “Mapeamento Participativo: uma viagem pelo rio São João com os pescadores artesanais de guaiamum”.

² Apoiado pelo FUNBIO por meio da Chamada de Projetos 11/2020 - Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais do Estado do Rio de Janeiro. Instituição proponente: Fundação Educacional Ciência e Desenvolvimento (FECD). Instituições parceiras: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Fiperj), Colônia de Pescadores Z-4 de Cabo Frio, Linha de Investigação Sociedades e Sustentabilidade Ambiental do CEF - Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra, Instituto de Biologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Biologia Animal da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Sul da Bahia, School of Applied Sciences da Edinburgh Napier University.

Todavia, desde 2014³ a pesca de guaiamum está proibida em todo o território nacional porque essa espécie foi inserida na “Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos” como “criticamente em perigo”⁴. Apenas mais tarde, em 2018⁵, a legislação ofereceu uma oportunidade de retorno dessa atividade em áreas protegidas desde que fosse elaborado - e implementado - um Plano de Gestão Local (PGL) para a espécie em questão. Entende-se que esta seria uma oportunidade de harmonizar a conservação do guaiamum com a continuidade da atividade pesqueira tradicionalmente exercida.

Diante dessas diretrizes legais, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro- Fiperj realizaram entre dezembro de 2019 e março de 2020 uma série de reuniões participativas visando a elaboração do PGL. Nestes encontros, os pescadores artesanais da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/ Mico-Leão-Dourado compartilharam informações sobre a pesca do guaiamum, por meio de ferramentas de diálogo como mapeamento participativo e calendários sazonais.

O Projeto Guaiamum - Bioecologia e Etnoconhecimento para a Conservação surge na intenção de contribuir para o fortalecimento do PGL por meio da geração de um robusto conjunto de dados.

É justamente neste contexto que a caracterização dos usos e dos conflitos existentes nesta região se faz necessária e pode contribuir consideravelmente no entendimento sobre quais atividades se contrapõem com a pesca artesanal ou mesmo com a conservação do ambiente ou do guaiamum, ameaçando-os. Todavia, a perspectiva aqui abordada é de um desses atores: os pescadores artesanais das comunidades do Arroz (Casimiro de Abreu) e do Chavão (Cabo Frio).

³ Portaria MMA nº 445, de 17 de dezembro de 2014.

⁴ A Portaria MMA Nº 148 de 7 de junho de 2022 atualizou a Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção emitida pouco antes da finalização desse livro. O guaiamum passou à categoria de VULNERÁVEL e se mantém em risco alto de extinção na natureza.

⁵ Portaria Interministerial nº. 38 de 26 de julho de 2018.

Inicialmente apresentamos um breve panorama acerca da atividade de pesca do guaiamum na região. Em seguida, discorreremos o conceito de conflito aqui utilizado, pois ele norteará todo o entendimento das informações relatadas. Apresentaremos de igual forma o método participativo que foi utilizado para o levantamento de informações e impressões junto às comunidades pesqueiras abordadas tanto para a caracterização dos usos como dos conflitos regionais. Todos os resultados sobre usos e conflitos estão descritos e ilustrados com frases dos pescadores participantes, pois acreditamos que essas falas contribuem para um melhor entendimento das situações a partir da ótica desses atores.

Por fim, sublinhamos a importância de perceber esses conflitos não apenas como questões a serem pragmaticamente resolvidas, contratempos locais ou meros inconvenientes. Ao contrário, sugerimos um olhar voltado para a elaboração de estratégias que visem uma eficaz e abrangente gestão desses conflitos além das possibilidades de proposições de projetos centrados na conservação ambiental tendo o diálogo entre os atores o seu maior sustentáculo.

Esse é um livro que traz informações valiosas para quem é gestor de áreas protegidas. Fala sobre usos e conflitos, mas a ideia que salta aos olhos é diálogo. A maior parte das falas dos pescadores não é novidade para a gestão da unidade de conservação, embora algumas sejam sim. Mas a grande novidade aqui é transformar a fala em registro escrito.

O trabalho que foi feito pelos autores, em conjunto com os pescadores, é um trabalho de sistematização de informações que acende “luzes”, ajuda a entender o problema e as prioridades de ação.

A iniciativa dos autores é simples, e rara. O resultado, prático e aplicável. No mais... pescador, pode ter certeza que o ICMBio ouviu o seu recado.

Tatiana Figueira de Mello
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
– ICMBio

Lista de Figuras

- Figura 1 - Municípios de Casimiro de Abreu e Cabo Frio, estado do Rio de Janeiro (Brasil) em destaque no quadro superior. Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado e o Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado em destaque no quadro inferior. **20**
- Figura 2 - Guaiamum. Fonte: Eduardo Almeida. **21**
- Figura 3 - Pescadoras do Chavão escrevendo nas tarjetas o que entendem por conflito durante a reunião participativa. **26**
- Figura 4 - Pesquisadora lendo e fixando as tarjetas entregues pelos pescadores do Chavão durante o mapeamento de conflitos. **26**
- Figura 5 - Apresentação do conceito de conflito ambiental para os pescadores do Arroz. **27**
- Figura 6 - Pescadores artesanais do Chavão debatendo sobre a importância de cada conflito para a atividade de pesca do guaiamum. **29**
- Figura 7 - Reunião para com os pescadores do Chavão na sede do Projeto Rede Observação. **30**
- Figura 8 - Reunião com os pescadores do Arroz na residência de um dos pescadores. **30**
- Figura 9 - Embarcações atracadas à margem do rio São João. **34**
- Figura 10 - Nuvem de palavras relacionada a percepção dos pescadores do Chavão em relação a palavra “conflito”. **40**

- Figura 11 - Nuvem de palavras relacionada a percepção dos pescadores do Arroz em relação a palavra "conflito". **41**
- Figura 12 - Matriz de Conflitos elaborada pelos pescadores de guaiamum do Chavão contendo a avaliação de sua importância com notas de 1 a 5 em relação à atividade de captura de guaiamum. **43**
- Figura 13 - Matriz de Conflitos elaborada pelos pescadores de guaiamum do Arroz contendo a avaliação de sua importância com notas de 1 a 5 em relação à atividade de captura de guaiamum. **44**
- Figura 14 - Avisos fixados próximo aos limites da Fazenda Carioca.
Fonte: Pescador do Chavão **48**
- Figura 15 - Armadilhas destruídas próximo aos limites da Fazenda Carioca Fonte: Pescador do Chavão **50**

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Proporção de homens e de mulheres das comunidades do Chavão e do Arroz que participaram da reunião para o mapeamento de usos e conflitos.	31
---	-----------

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Agenda das reuniões junto aos pescadores de guaiamum das comunidades do Chavão e do Arroz.	29
Tabela 2 - Usos do rio São João e áreas do seu entorno na perspectiva dos pescadores artesanais de guaiamum das comunidades do Chavão e do Arroz.	32
Tabela 3 - Síntese dos conflitos analisados pelos pescadores do Chavão e do Arroz.	42

Sumário

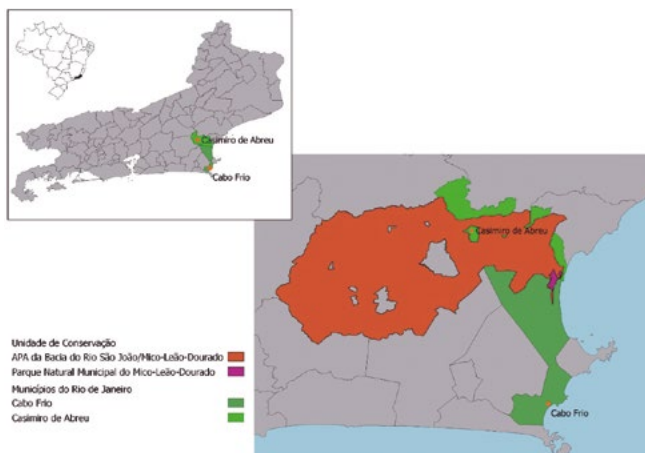
1. INTRODUÇÃO	20
2. METODOLOGIA	24
2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS USOS	25
2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS CONFLITOS	26
2.3 AGENDA DAS REUNIÕES PARTICIPATIVAS	29
3. RESULTADOS	32
3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS USOS	32
3.2 CARACTERIZAÇÃO DOS CONFLITOS	40
3.3 OUTRAS QUESTÕES	54
4. ANÁLISE	56
REFERÊNCIAS	60

1. INTRODUÇÃO

Antes de começar a expor sobre os usos e conflitos é importante conhecer, ainda que brevemente, o cenário sobre o qual essas questões estão aqui inseridos. Para isso, três perguntas são essenciais: onde? quem? e por que?.

Em relação a área geográfica, trata-se do território próximo ao manguezal do rio São João, abrangendo dois municípios do estado do Rio de Janeiro (Brasil): Casimiro de Abreu e Cabo Frio. Esses territórios estão inseridos em áreas legalmente protegidas e instituídas como Unidades de Conservação, sendo elas a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado, gerida por órgão federal e Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado, cuja gestão se dá em âmbito municipal (Figura 1).

Figura 1 -
Municípios de Casimiro de Abreu e Cabo Frio, estado do Rio de Janeiro (Brasil) em destaque no quadro superior. Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado e o Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado em destaque no quadro inferior.



Os pescadores artesanais de guaiamum (*Cardisoma guanhumi*) são os atores centrais (Figura 2). Além de que o sustento de suas famílias, parcial ou integralmente, é garantido por meio da atividade pesqueira que exercem, é a partir da visão deles que os usos aqui descritos foram mencionados e os conflitos, analisados e avaliados. A relevância dessas informações se dá no sentido de



Figura 2 -
Guaiamum.

Fonte: Eduardo
Almeida.

contribuir para a gestão dessa área a partir da compreensão das principais questões pelos pescadores evidenciadas que colocam em xeque a pesca do guaiamum, a conservação dessa espécie e/ou a qualidade ambiental dessa área geográfica.

O ambiente não é constituído somente de objetos, e portanto, não pode ser reduzido simplesmente a quantidades de matéria e de energia. Há, portanto, de se considerar os seus diferentes significados e aspectos culturais e históricos. Um rio, por exemplo, apresenta sentidos diferentes para pescadores e para empreendedores. Contudo, os objetos que compõem determinado ambiente, as práticas sociais nele desenvolvidas, bem como os usos e sentidos a ele atribuídos se conectam e interagem material e socialmente. Nesse sentido, os conflitos se estabelecem quando há envolvimento de grupos sociais com diferentes modos de apropriação, uso e significado do território em questão e pelo menos um desses grupos sofre algum tipo de ameaça quanto à continuidade das formas sociais de apropriação desse meio (ACSELRAD, 2004).


Ao conhecer a atividade de pesca artesanal de guaiamum realizada ao longo do rio São João e escutar os pescadores das comunidades do Chavão (Cabo Frio) e do Arroz (Casimiro de Abreu), fica evidente que há conflitos envolvendo os usos das áreas tradicionalmente utilizadas por eles. De fato, os pescadores sentem que a atividade que exercem está ameaçada por causa de diferentes sentidos atribuídos ao ambiente, seus modos de apropriação, uso e/ou significado evidenciados, principalmente, nos múltiplos usos da área e na forma (algumas vezes irresponsável) de capturar guaiamuns.

Diante do contexto que envolve esses pescadores artesanais, optou-se por assumir como sinônimos os termos conflito socioambiental e conflito ambiental sem deixar de considerar que ambos fazem referência a conflitos sociais⁶ (MALAGODI, 2013). Em outras palavras, o conflito socioambiental é um conflito social cujo objeto de disputa é o acesso aos recursos ambientais (BRITO et al, 2011 apud CARVALHO;SCOTTO, 1995) e “representam as tensões que envolvem decisões sobre quando, como e onde utilizar os recursos naturais” (BRITO et al, 2011 p. 58).

Esses conflitos relacionados ao uso, preservação e/ou conservação dos recursos naturais são os mais evidentes no século XXI (BRITO et al, 2011) e se caracterizam pela presença de “ameaças ao modo de vida de comunidades tradicionais e ao conhecimento ecológico local, adquirido pela relação entre grupos sociais com o ambiente, ao longo das gerações” (PINTO et al, 2014 p. 271).

Contudo, há um significativo diferencial no estabelecimento de um conflito (ambiental): a consciência do dano ou do risco ao ambiente por parte dos atores sociais gerando mobilização e ação com o propósito de interromper ou mesmo eliminar o processo de ameaça por eles identificado (Quintas, 2006). Ou seja, os atores sociais entram na disputa após perceberem as suas perdas e por isso, o estabelecimento de um conflito é fundamental para que se inicie e desenvolva o processo para a sua solução (BRASIL, 2015).

⁶ Em Ciências Sociais, os conflitos sociais estão relacionados às pesquisas sobre fatores de mudança ou de conservação de determinada ordem social (MALAGODI, 2013).



Neste sentido, é fato que grande parte desses pescadores estão cientes não só das ameaças à atividade que tradicionalmente exercem, como também à conservação da espécie e do ambiente. Ainda, constata-se que há mobilização e ação, sendo a participação voluntária dos pescadores nas atividades do Projeto Guaiamum uma das evidências desse engajamento.

Há mais uma questão relevante a ser destacada: as áreas utilizadas pelos pescadores são Unidades de Conservação (UC)⁷. Tratam-se da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado, cujo órgão gestor é o ICMBio e o Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado, gerido pela Prefeitura Municipal de Cabo Frio.

Quando se trata de uma UC, conflito socioambiental passa a designar “as relações sociais de disputa/tensão entre diferentes grupos ou atores sociais pela apropriação e gestão do patrimônio natural e cultural” (VIVACQUA; VIEIRA, 2005 p.140).

A intenção ao caracterizar os conflitos socioambientais que envolvem os pescadores artesanais de guaiamum que utilizam as áreas protegidas ao longo do rio São João é não só de dar visibilidade a essas questões, mas principalmente de oferecer subsídios para uma mediação de conflitos assertiva e benéfica, seja sob o ponto de vista tanto da conservação ambiental e gestão de recursos naturais como da atividade pesqueira.

⁷ De acordo com a Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000, Unidade de Conservação consiste em “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Art. 2º, I).

2. METODOLOGIA

O levantamento das informações se deu, principalmente, por meio de abordagem participativa onde prevaleceu a perspectiva dos pescadores artesanais das comunidades do Chavão e do Arroz⁸ que realizam a atividade de captura de guaiamum na APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado e no Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado.

Houve a preocupação ética de informar aos participantes sobre esse levantamento, seus objetivos e a gestão dos dados, sendo que todos consentiram em participar. Igualmente tivemos a preocupação de anonimizar dados pessoais ou que possam conduzir à identificação de sujeitos, não fazendo uso de informações pessoais tais como, por exemplo, o nome.

Para a elaboração desse documento, algumas referências bibliográficas foram utilizadas e também foram consideradas as informações levantadas junto aos pescadores durante as atividades participativas para a caracterização da pesca artesanal de guaiamum realizada anteriormente no âmbito do projeto Guaiamum.

A seguir, a descrição da metodologia utilizada para o levantamento das informações acerca dos usos e, na sequência, para a caracterização dos conflitos.

⁸ Parte dos pescadores já não moram mais nesses bairros. Contudo, estão aqui considerados como sendo do Chavão ou do Arroz por serem o “núcleo” o qual inicialmente pertencera, antes de se mudarem para as suas proximidades.

Para mapear os diferentes usos do rio São João e seu entorno, na região abrangida pelo Projeto Guaiamum, a imagem de satélite da área utilizada pelos pescadores na captura de guaiamum foi apresentada e serviu como referência para toda a reflexão.

Os participantes foram indagados com perguntas abertas sobre os usos praticados por eles e também por outros atores. A cada resposta, foram incentivados a tecer uma breve reflexão.

Como a área que abrange o rio São João é utilizada pelos pescadores artesanais de guaiamum?

Após reconhecerem o ambiente o qual fazem parte e realizam as suas atividades de pesca na imagem de satélite, os pescadores foram questionados em como essa área é utilizada por eles, detalhando as formas de uso e suas finalidades.

Como a área que abrange o rio São João é utilizada por outros atores?

No segundo momento, foi solicitado aos pescadores que, de acordo com aquilo que vivenciam e observam, listassem quais são os usos exercidos por outros atores.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS CONFLITOS

A dinâmica participativa para a reflexão e o levantamento de informações acerca dos conflitos dividiu-se em dois momentos: nivelamento conceitual e aplicação da ferramenta de diálogo.

Nivelamento Conceitual

Inicialmente cada pescador teve acesso ao número de tarjetas que julgou necessário para registrar o que seria conflito no seu entendimento e aqueles que apresentaram dificuldades em escrever foram auxiliados de forma a garantir a participação de todos (Figura 3).

Figura 3 -
Pescadoras do Chavão escrevendo nas tarjetas o que entendem por conflito durante a reunião participativa.



Em seguida, as tarjetas foram lidas e fixadas na parede para conhecimento de todos os presentes e um debate foi promovido entre os participantes (Figura 4).

Figura 4 -
Pesquisadora lendo e fixando as tarjetas entregues pelos pescadores do Chavão durante o mapeamento de conflitos.



A partir do debate, tornou-se necessária a diferenciação entre problema e conflito. Ambos os conceitos foram apresentados à luz do contexto ambiental (Figura 5).



Figura 5 -
Apresentação do conceito de conflito ambiental para os pescadores do Arroz.

Problema foi definido como “a situação onde se observa dano e/ou risco à qualidade de vida das pessoas em decorrência da ação de atores sociais sobre os meios físico-natural e/ou construído” (QUINTAS, 2006 p.66). Diferente do conflito ambiental onde se expressa uma luta entre interesse opostos, o problema ambiental tem como característica a falta de reação ativa por parte dos diretamente atingidos ou de outros atores da sociedade civil frente ao problema (BRITO et al, 2011 apud CARVALHO; SCOTTO, 1995).

Já o conceito de conflito ambiental estabelece que ele “ocorre quando atores sociais tomam consciência de dano e/ou risco ao meio ambiente, se mobilizam e agem no sentido de interromper ou eliminar o processo de ameaça” (QUINTAS, 2006 p.67).

Após o nivelamento conceitual e a análise das tarjetas foi feita, junto com os pescadores, a distinção do que seria problema e o que seria conflito.

Aplicação da ferramenta de diálogo

A ferramenta participativa utilizada para estimular a reflexão coletiva sobre o tema abordado e para o levantamento dessas informações junto aos pescadores foi a Matriz de Conflitos, inspirada na proposta de GEILFUS (1997).

Em Unidades de Conservação de Uso Sustentável podem surgir diversos conflitos relacionados ao uso de recursos naturais e às delimitações territoriais, cujas questões podem ser identificadas em atividades participativas. Nesse sentido, uma Matriz de Conflitos possibilita identificar os atores envolvidos e as suas discordâncias, além de atribuir o grau de importância a cada um.

O primeiro passo foi definir os conflitos. Neste momento, as informações geradas foram sistematizadas em papel pardo a partir da elaboração de uma matriz com três colunas, sendo elas:

- Com quem é o conflito?
- Qual é o conflito?
- Qual o grau de importância do conflito?

Dessa forma, foi possível identificar quais são os conflitos que interferem na atividade de pesca artesanal do guaiamum, os atores envolvidos no conflito e a importância de cada um deles na visão dos pescadores de ambas as comunidades.

O grau de importância do conflito foi medido numa escala de um a cinco, de acordo com o julgamento dos participantes e levando em consideração o quanto interfere negativamente na atividade de pesca do guaiamum (Figura 6):



Figura 6 -
Pescadores artesanais do Chavão debatendo sobre a importância de cada conflito para a atividade de pesca do guaiamum.

2.3 AGENDA DAS REUNIÕES PARTICIPATIVAS

O levantamento de informações junto aos pescadores artesanais das comunidades do Chavão e do Arroz foi realizado de forma presencial e respeitando as normas básicas de segurança visando a prevenção do Covid-19.

Em ambas as comunidades a mobilização para os encontros ocorreu por meio de textos e áudios transmitidos via aplicativo WhatsApp e com o convite realizado pelos próprios pescadores.

As reuniões foram realizadas separadamente nas duas comunidades, (Figura 7 e Figura 8) conforme agenda apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 - Agenda das reuniões junto aos pescadores de guaiamum das comunidades do Chavão e do Arroz.

Data	Local	Perfil dos participantes	Número de participantes		
			Homens	Mulheres	Total
22/11/2021	Rede Observação Cabo Frio - Sede Chavão	Pescadores	17	16	33
13/12/2022	Residência de um pescador do Arroz	Pescadores	3	1	4

Figura 7 -
Reunião para com os pescadores do Chavão na sede do Projeto Rede Observação.



Figura 8 -
Reunião com os pescadores do Arroz na residência de um dos pescadores.



A caracterização do uso do espaço e dos conflitos contou com a participação de 33 pessoas da comunidade do Chavão e 04 pessoas da comunidade do Arroz. O Gráfico 1 apresenta a proporção entre mulheres (17) e homens (20). Porém, é preciso destacar que esse equilíbrio na participação se dá pela maior participação das mulheres da comunidade do Chavão, com cerca de 50%. Já na comunidade do Arroz, a única mulher presente representa 25% dos participantes. Ainda assim, é possível afirmar que as perspectivas tanto de homens como de mulheres foram significativamente contempladas.

Mapeamento de Usos e de Conflitos:

Proporção de homens e mulheres participantes nas comunidades do Arroz e do Chavão

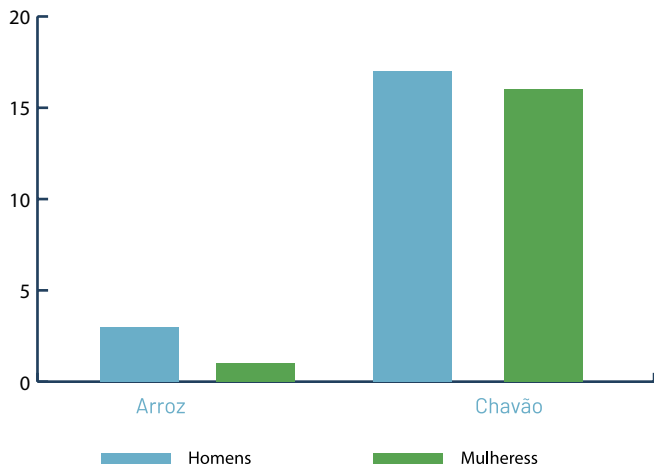


Gráfico 1 -

Proporção de homens e de mulheres das comunidades do Chavão e do Arroz que participaram da reunião para o mapeamento de usos e conflitos.



3. RESULTADOS

A seguir, o detalhamento dos resultados alcançados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS USOS

A Tabela 2 apresenta a compilação dos usos mencionados pelos pescadores:

Tabela 2 - Usos do rio São João e áreas do seu entorno na perspectiva dos pescadores artesanais de guaiamum das comunidades do Chavão e do Arroz.

Quem	Usos do rio São João e áreas do seu entorno	Chavão	Arroz
Pescadores	Pesca de peixes		
	Captura de guaiamum		
	Moradia temporária (acampamentos)		
	Agricultura		
	Atracadouro de embarcações		
	Captura de caranguejo-uçá		
Fazendas	Aeroporto		
	Criação de búfalos, bois e cavalos		
	Plantação de milho, cana-de-açúcar e/ou outras espécies		
	Plantio e tratamento de eucalipto		
	Usina de cana		
	Estrada		
Turistas e moradores	Esportes (vela, stand up paddle e caiaque)		
Municípios de Cabo Frio e Casimiro de Abreu	Descarte de esgoto nas águas do rio São João		

Continuação tabela 2 -

Quem	Usos do rio São João e áreas do seu entorno	Chavão	Arroz
Criminosos/ traficantes	Rota de fuga do confronto policial		
Prolagos/ Cedae	Descarte de sulfato de alumínio		
Órgãos competentes	Fiscalização		
Investidores e outros	Especulação imobiliária		

Em relação a bacia hidrográfica⁹ do rio São João, BIDEGAIN; VÖLCKER (2003) apresentam os seguintes usos: abastecimento público¹⁰, irrigação, consumo industrial, extração de areia, criação de peixes e pitus, dessedentação de animais domésticos, manutenção da biodiversidade, pesca, maricultura, recreação e navegação.

Já o Plano de Manejo da APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado exemplifica algumas atividades conflitantes com os seus objetivos enquanto unidade de conservação, a saber: pesca predatória, caça e captura de animais silvestres, utilização de lenha nativa, abastecimento de indústrias cerâmicas ou para fabricação de carvão, atividades industriais em discordância à legislação ambiental, mineração irregular, pecuária extensiva, utilização indiscriminada de agrotóxicos, lixões e poluição urbana (ICMBIO, 2008).

⁹ Bacia hidrográfica: "território delimitado por divisores de água cujos cursos d'água em geral convergem para uma única foz localizada no ponto mais baixo da região" (MRD, s.d).

¹⁰ O rio São João e os seus afluentes abastecem as cidades de Rio Bonito (parte), Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Araruama, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Iguaba Grande, Arraial do Cabo e Saquarema (BIDEGAIN; VÖLCKER, 2003).

Quais os usos da área que abrange o rio São João exercidos pelos pescadores de guaiamum?

A captura de guaiamum é a atividade em comum exercida por todos os participantes, configurando-se como significativa parcela da renda familiar. Há pescadores de ambas as comunidades que também pescam peixes e/ou capturam caranguejo-uçá, sendo que os pescadores do Chavão mencionaram também a captura de siri e de pitú, utilizado como isca na pesca do robalo.


As margens do rio São João são utilizadas para atracar as embarcações de pequeno porte dos pescadores (Figura 9).

Figura 9 -
Embarcações
atracadas à margem
do rio São João.



As “*moradias temporárias*” consistem nos acampamentos às margens do rio São João, instalados para dar suporte à atividade de captura de guaiamum quando essa acontece em áreas distantes das suas residências. Em acampamentos, os pescadores podem descansar, dormir, se alimentar e preparar as armadilhas, permitindo que fiquem por mais dias exercendo sua atividade e que reduzam os gastos com o combustível usado para o deslocamento.

Alguns pescadores do Chavão comentaram sobre a utilização de áreas próximas ao leito do rio São João para plantio de diversos alimentos, como: banana, quiabo, abóbora, aipim, temperos e frutas. Essa produção é utilizada para



consumo próprio, seja enquanto estão acampados ou mesmo para levarem para casa para o aproveitamento de toda a família. Muitas vezes, parte dessa produção é cedida a outros pescadores caso estejam precisando.

Quais os usos da área que abrange o rio São João exercidos por outros atores?

Os pescadores listaram as atividades exercidas pelas propriedades localizadas na APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado, especificamente as fazendas Carioca, Tosana e Agrisa.

Aeroporto e estrada à margem do rio Novo (trecho retificado); plantação de milho para silagem¹¹; criação de búfalos; plantação e tratamento de eucalipto são atividades exercidas pela Fazenda Carioca. Há, ainda, uma usina de tratamento de cana-de-açúcar instalada na Fazenda Agrisa e atividade de criação de gado e de cavalos é praticada pela Fazenda Tosana.

Para esses pescadores, as atividades relacionadas às usinas de cana-de-açúcar e de eucalipto e o plantio em larga escala impactam negativamente a atividade de captura de guaiamum e o ambiente como um todo, pois poluem o rio São João devido aos defensivos agrícolas utilizados e acabam gerando mortalidade de peixes e de outras espécies.

Os pescadores do Chavão também comentaram sobre a especulação imobiliária e a invasão de terras para novas moradias. Segundo eles, ao longo dos anos a área vem sofrendo com invasões e loteamentos que estão sendo comercializados de forma irregular. Para eles, nos últimos anos isso tem ocorrido de forma muito acelerada.

“Marcamos um local de catação outro dia e na semana seguinte quando chegamos o local já estava murado.” (Pescador do Chavão)

¹¹ É um componente importante na alimentação de bovinos produtores de leite e carne por ser rico em energia, fornecer um grande volume palatável e ser facilmente digerido.

Os pescadores do Arroz mencionaram o uso esportivo do rio, como vela, *stand up paddle* e caiaque. Esses pescadores também abordaram a utilização do manguezal como rota de fuga de traficantes e criminosos quando há confronto policial.

O despejo de esgoto nas águas do rio São João por parte dos municípios de Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras e o descarte de sulfato de alumínio por parte das empresas CEDAE e Prolagos foram lembrados pelos pescadores de ambas as comunidades. Conforme informado pelo ICMBio, a contaminação por alumínio tem sido alvo de ações por parte dos órgãos ambientais e, inclusive, houve ação atendendo denúncias da comunidade pesqueira.


Outra atividade exercida na área citada por pescadores do Chavão e do Arroz é a fiscalização que, embora vista como algo positivo e fundamental para a conservação da espécie e do ambiente, tecem duras críticas em relação a forma de abordagem.

Análise

O conhecimento dos pescadores acerca dos usos da área evidencia o quanto é intrínseca a relação entre eles e o ambiente ao longo dos anos, não só enquanto espaço de convívio social ou até mesmo de moradia temporária, mas, essencialmente por ser de onde se obtém o sustendo para toda a família.

De acordo com a visão dos pescadores, os usos desempenhados pelas fazendas os afetam em, principalmente, dois sentidos:

1. Pelo fato de não poderem capturar guaiamum nas áreas privadas, sendo que parte delas são apontadas por eles como de grande incidência da espécie.
2. Por impactarem negativamente o ambiente, seja pelo pisoteio dos búfalos nas tocas de guaiamum, pelo uso de defensivos agrícolas nas plantações ou pelo descarte irregular de resíduos das usinas de tratamento de eucalipto ou de cana-de-açúcar.



Em relação às áreas na Bacia Hidrográfica do rio São João¹², é interessante registrar que a pastagem é o uso da terra predominante desde antes de 1975, onde 60% das áreas de pastagem já existiam (SEABRA; CRUZ, 2013). As pastagens implementadas na Bacia Hidrográfica Lagos São João¹³ têm como características a ocupação de extensas áreas, maioria com baixa taxa de ocupação (número de cabeças/ha) e manejo inadequado, impactando a qualidade da água, as fontes de energia (aporte de nutrientes nos corpos d'água) e a estrutura física do habitat (RIBEIRO et al, 2018).

A especulação imobiliária também é preocupante, pois os pescadores percebem a expansão dos bairros e a instalação de estruturas como casas ou até mesmo muros de grande extensão com maior frequência nos últimos anos. Além de limitar o uso de áreas para a captura de guaiamum, favorece a degradação do manguezal e pode aumentar o despejo de resíduos sólidos e de esgoto nas águas do rio São João e entorno.

Ao avaliar a severidade das atividades que impactam a integridade ecológica dos ecossistemas aquáticos (estressores) da Bacia Hidrográfica Lagos São João, aos aglomerados de habitantes foi atribuído um alto valor. Dessa forma, entende-se que eles interferem de forma expressiva para a perda da qualidade das águas da referida bacia (RIBEIRO et al, 2018).

Considerando as áreas da Bacia Hidrográfica do rio São João, SEABRA; CRUZ (2013) concluem que as alterações do solo sofridas no período de 1975 a 2010 resultam em significativos impactos socioeconômicos para as populações locais. Ainda, destacam que os desmatamentos e as obras de engenharia possivelmente contribuíram para o assoreamento do rio, prejudicando a atividade pesqueira em toda essa região.

¹² A sua área total é de 2.160Km² (BIDEGAIN; VÖLCKER, 2003).

¹³ Essa área corresponde à Região Hidrográfica VI do Estado do Rio de Janeiro (Resolução CERHI-RJ nº 107/2013), com aproximadamente 3.825Km². Abrange as Lagoas de Araruama e Saquarema e os rios São João e Una (Ribeiro et al, 2018).

Outras ameaças aos ecossistemas aquáticos regionais identificadas e que estão em consonância com o citado pelos pescadores são: lançamento de esgoto sem tratamento nos corpos d'água, descarte inadequado de lixo, dejetos agropecuários e a ocupação irregular (BIDEGAIN; PEREIRA, 2005). Neste sentido, há uma preocupação generalizada em relação a qualidade das águas do rio São João que, segundo os pescadores, oscila e piora principalmente em períodos chuvosos. Neste sentido, além da especulação imobiliária e o descarte de resíduos oriundos das fazendas, há o esgoto sanitário de ambos os municípios e o sulfato de alumínio das empresas Prolagos e Cedae que acabam nas águas do rio.


É interessante mencionar que os resultados do diagnóstico da Bacia Hidrográfica Lagos São João realizado por meio de um protocolo baseado no risco à integridade ecológica, evidencia que a bacia se encontra em situação de moderado a alto risco ecológico. Além das pastagens degradadas, a retificação¹⁴ dos rios também compõe as principais ameaças identificadas (RIBEIRO et al, 2018).

Outro uso bastante sinalizado pelos pescadores é o da fiscalização. Quando relacionada à atividade pesqueira, é avaliada como existente, mas insuficiente. Os pescadores acreditam que a em relação aos "grandes" empreendedores a fiscalização seja inexistente ou, no mínimo, ineficiente.

A utilização do manguezal como rota de fuga de criminosos quando há confronto policial reflete diretamente na segurança dos pescadores que utilizam essas áreas. Há o medo de serem confundidos e até mesmo de, ocasionalmente, estarem no meio de alguma troca de tiros.

O uso esportivo parece não afetar a atividade pesqueira ou o ambiente. Ainda, pode configurar numa oportunidade de disseminar o conhecimento sobre a área, valorizar a região e sensibilizar os usuários para a conservação, caso seja empenhado algum esforço no sentido de organizar e fomentar essas atividades numa abordagem educativa.

¹⁴ Retificação é o ato de tornar reto um trecho de um rio com o objetivo de melhorar o escoamento das suas águas (BIDEGAIN; VÖLCKER, 2003).



Há de se destacar também aquilo que não foi citado pelos pescadores. Considerando que a região é composta por duas unidades de conservação, nenhuma outra atividade relacionada a elas, com exceção da fiscalização, foi mencionada como, por exemplo, pesquisa ou a ações visando a preservação e a educação ambiental. Portanto, é possível deduzir que não há clareza por parte dos pescadores sobre o que de fato significa ser uma unidade de conservação, quais os seus objetivos e formas de atuação.

Outro ponto não comentado pelos pescadores é o uso de captação das águas do rio São João para abastecimento. A Lagoa de Juturnaíba consiste na principal fonte de captação de água que abastece os municípios litorâneos e os da Bacia do Rio São João, atendendo ao Sistema de Águas de Juturnaíba, que abastece os municípios de Araruama, Silva Jardim e Saquarema. Já o Sistema Prolagos abastece os municípios de Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio. Ao todo, o abastecimento de água atende aproximadamente 1,2 milhão de habitantes (INEA, 2018).

3.2 CARACTERIZAÇÃO DOS CONFLITOS

Quando questionados sobre conflitos, os pescadores do Chavão escreveram os seguintes itens em suas tarjetas (Figura 10):

Figura 10 -
Nuvem de palavras relacionada a percepção dos pescadores do Chavão em relação a palavra “conflito”.



A maioria registrou exemplos ou atores os quais a comunidade pesqueira possui alguma relação conflituosa. Apenas quatro participantes pensaram sobre o conceito, vinculando-o às palavras briga ou confusão.

“Dois lados opostos brigando pela mesma coisa.” (Pescador do Chavão)

Os pescadores do Arroz registraram palavras que consideraram relacionadas ao conceito de conflito conforme apresentado pela Figura 11:



Figura 11 - Nuvem de palavras relacionada a percepção dos pescadores do Arroz em relação a palavra "conflito".

Os conceitos de problema e de conflito precisaram ser revistos e, com a concordância dos pescadores presentes no Chavão, duas questões passaram a ser consideradas problemas:

"Não ter condução para ir para fora.": refere-se às dificuldades de transporte público atendendo aos moradores do Chavão.

"Falta de um documento do local de onde a gente acampa.": sinaliza a insegurança por instalarem seus acampamentos próximos às áreas de catação.

A Tabela 3 apresenta a compilação dos conflitos analisados pelos pescadores de Chavão e do Arroz durante a elaboração das respectivas Matrizes de Conflito e serão detalhados em seguida:








Tabela 3- Síntese dos conflitos analisados pelos pescadores do Chavão e do Arroz.

Conflito	Atores	Chavão	Arroz
Roubo de Ratoeiras	Pescadores X Pescadores / Campeiros / "de fora" / ?		
Abordagem da fiscalização	Fiscais do Parque X Pescador Morador		
Invasão de espaço	Pescador X Pescador		
Criação de búfalo	Pescador X Dono da Fazenda		
Abordagem dos seguranças e proibição de capturar nas fazendas	Pescador X Dono e gestores das fazenda		
Veneno no rio São João	Pescador X Donos e Gestores das Fazendas Agrisa e Carioca		
Briga pela área/Roubo de ratoeiras e redes/Atitude predatória	Pescador X Pescador "de fora"		
Rasgar as redes	Pescador de rede X Pescador de anzol		
Abordagem da fiscalização	Pescador X Fiscais		
Defeso errado	Pescador X Ibama		
Captura de guaiamuns pequenos	Pescador X Pescador		
Compra guaiamuns pequenos	Pescador X Comprador		

A Figura 12 apresenta a Matriz de Conflitos elaborada pelos pescadores de guaiamum do Chavão contendo o detalhamento de cada conflito, atores envolvidos e o grau de importância atribuído por eles.

Conflito Conflito

Entre quem? Qual é? Importância

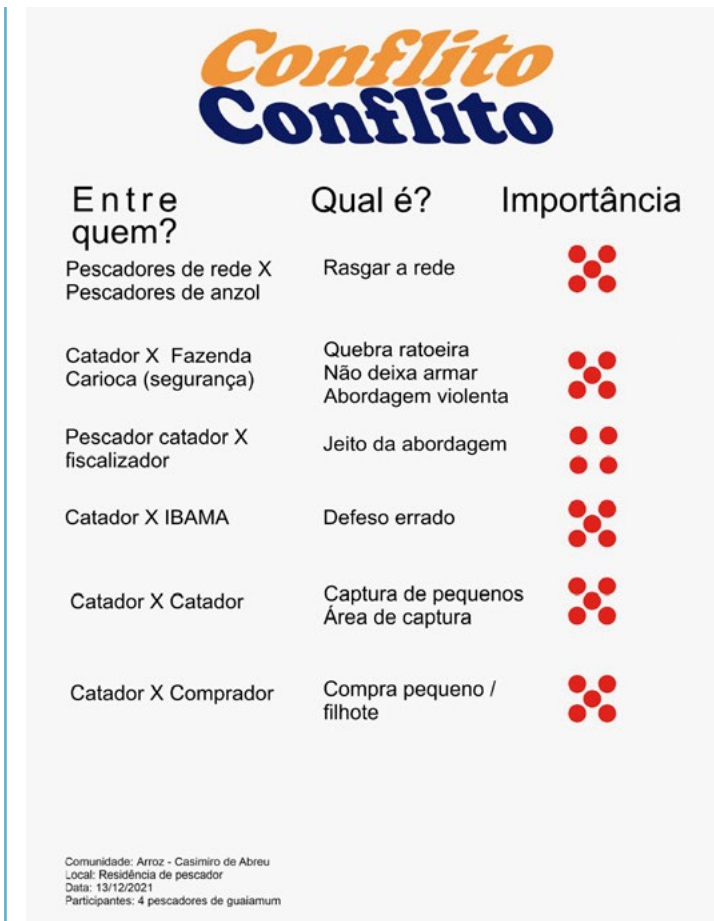
Pescadores X Pescadores X Fazenda X de fora	Roubo de armadilhas	
Fiscalização do Parque X Pescador morador	Abordagem devido à residência e atividade do pescador	
Pescador X Pescador	Invasão de espaço	
Pescadores X Dono da Fazenda	Búfalos pisoteiam tocas e armadilhas Destruição da mata Ameaça o pescador	
Pescadores X Dono da Fazenda	Abordagem violenta Não poder usar o mangue/Rio	
Pescadores X Usina	Veneno no rio Mortandade	
Pescadores X 'De Fora'	Briga pela área Roubo de ratoeiras e redes. predadores	

Comunidade: Chavão
Local: Rede Observação Cabo Frio - Sede Chavão
Data: 22/11/2021
Participantes: 33 pescadores de guaiamum

Figura 12 - Matriz de Conflitos elaborada pelos pescadores de guaiamum do Chavão contendo a avaliação de sua importância com notas de 1 a 5 em relação à atividade de captura de guaiamum.

A próxima figura registra a Matriz de Conflitos elaborada a partir da perspectiva dos pescadores do Arroz contendo os atores envolvidos e a nota referente ao grau de importância de cada um (Figura 13):

Figura 13 - Matriz de Conflitos elaborada pelos pescadores de guaiamum do Arroz contendo a avaliação de sua importância com notas de 1 a 5 em relação à atividade de captura de guaiamum.




A seguir, o detalhamento dos argumentos utilizados pelos pescadores durante a reflexão de cada conflito.

Roubo de ratoeiras

De acordo com os participantes do Chavão, é comum ocorrer o roubo de ratoeiras e, em menor frequência, de combustível das embarcações. Em alguns casos, apenas os guaiamuns capturados são roubados de dentro das armadilhas.

Desses, o mais preocupante é o roubo de ratoeiras por ser o principal instrumento de trabalho dos pescadores. Além do gasto com a produção de novas



armadilhas, há o tempo perdido na confecção desses petrechos. Ainda, afeta diretamente o rendimento, pois ou ficam durante um período sem capturar guaiamum ou os capturam em menor quantidade por armarem menos ratoeiras.

Cabe ressaltar que é comum que as armadilhas tenham alguma marcação sinalizando quem é o seu dono e os pescadores mais atuantes alegam que sabem reconhecer de quem é cada ratoeira.

“Durante anos trabalhamos numa ilha só e a gente se respeita. Sabemos de quem são as ratoeiras.”(Pescador do Chavão)

Não se sabe ao certo quem são os “ladrões” de ratoeiras. Porém, acreditam que em alguns casos sejam os pescadores da região, pescadores “de fora” ou até mesmo os campeiros das fazendas localizadas às margens do rio São João.

A esse conflito, os participantes da reunião no Chavão atribuíram nota 3 ao seu grau de importância. Contudo, vale destacar que quando todas as ratoeiras de um mesmo pescador são roubadas, a nota passa a ser máxima (5).

Os pescadores do Arroz não chegaram a mencionar esse conflito durante a Matriz de Conflitos elaborada por eles. Porém, em outras ocasiões, sinalizaram os roubos de ratoeiras e de guaiamuns como um ponto fraco no âmbito da atividade de captura de guaiamum.

Em síntese, o entendimento é que os roubos de guaiamuns e ratoeiras acontecem com os pescadores de ambas as comunidades, prejudicando-os no que tange o sustento de suas famílias.

Abordagem devido a residência e atividade do pescador

Os pescadores do Chavão explicaram que algumas residências estão localizadas na área do Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado cujos moradores trabalham com a captura de guaiamum e/ou pesca no rio São João.

Neste caso o conflito se dá entre os pescadores e a fiscalização do Parque. Os pescadores alegam que a fiscalização por terra acontece frequentemente e a abordagem utilizada geralmente é violenta e ofensiva.

“Eles pulam cerca, vão dentro do quintal da gente.”

(Pescador do Chavão)

“Eles não querem saber se é APA, eles dizem que tudo é Parque.”

(Pescador do Chavão)

“Eles ameaçam a gente e a gente se defende.”

(Pescador do Chavão)

“Eles veem a gente como invasores, proibiram até a obra da igreja.”

(Pescador do Chavão)

Em relação à fiscalização realizada pelo ICMBio, foi mencionado que a chegada do Projeto Rede Observação facilitou a aproximação entre pescadores e fiscalizadores, melhorando a forma de abordagem. Contudo, foi ressaltado que essa fiscalização ocorre raramente.


“Hoje eles já nos conhecem. Há menos conflito, mas ainda há.”

(Pescador do Chavão)

O grau de importância dado a esse conflito é 5, cuja nota foi atribuída essencialmente devido a forma de abordagem da fiscalização em terra exercida pelo município de Cabo Frio.

Invasão de espaço

Esse conflito ocorre entre os próprios pescadores de guaiamum. Segundo eles, essa invasão acontece quando um pescador já armou as ratoeiras em uma localidade e chega outro para utilizar a mesma área, não respeitando o trabalho realizado anteriormente.



Os pescadores do Chavão atribuíram nota 2 para o grau de importância, sinalizando tanto que já estão acostumados com essa dinâmica, mas como também conseguem resolver essas questões entre eles. Por outro lado, percebe-se que este conflito incomoda boa parte dos pescadores, já que foi o mais citado por eles nas tarjetas.

No caso do Arroz, esse mesmo conflito recebeu nota 5, evidenciando sua gravidade. Contudo, cabe esclarecer que junto a essa análise sobre a invasão de espaço ocorrida entre pescadores, também foi falado sobre a captura de guaiamuns pequenos e até mesmo filhotes. Para eles, esses pescadores não se preocupam com a conservação da espécie e da atividade pesqueira.

“Eles catam sem consciência, pegam os pequeninhos.”

(Pescador do Arroz)

Outra questão colocada pelos participantes do Arroz é a proibição de acessarem algumas áreas tradicionalmente utilizadas pelos pescadores do Chavão.

“Eles catam sem consciência, pegam os pequeninhos.”

(Pescador do Arroz)

Criação de búfalos

Este conflito foi analisado pelos participantes da Matriz de Conflitos elaborada no Chavão e ocorre entre os pescadores de guaiamum e os proprietários e gestores da Fazenda Carioca.

Por serem animais de grande porte, os búfalos não são contidos pelas cercas ou por volumes d'água. Por isso, algumas vezes ultrapassam os limites da fazenda.

“O búfalo atravessa o rio a hora que ele quer. Ninguém para os búfalos.” (Pescador do Chavão)

Os búfalos são em grande quantidade, “milhares”. Eles pisoteiam o solo, depredando o ambiente. Assim, soterram as tocas de guaiamum e destroem as armadilhas.

“Eles pisoteiam as tocas, estragam as armadilhas, matam o guaiamum e a mata, além de ameaçar o pescador.”
(Pescador do Chavão)

Esse conflito também recebeu nota máxima (5), em relação ao seu grau de importância, pois, causa danos não só para atividade, como ao ambiente e à espécie.

É importante constar que os pescadores do Arroz, embora não tenham analisado essa questão durante a elaboração da sua Matriz de Conflitos, mencionaram sobre isso em outras ocasiões.

Abordagem dos seguranças e proibição de capturar guaiamuns nas fazendas

Na visão dos pescadores do Chavão, esse conflito ocorre entre os pescadores de guaiamum e os proprietários e gestores da Fazenda Carioca, pois, por mais que as abordagens sejam realizadas pelos seguranças (campeiros), os participantes entendem que eles agem sob a ordem e orientação dos gestores e proprietários da fazenda. Já os pescadores do Arroz atribuem o envolvimento no conflito diretamente aos seguranças.

A questão levantada é que eles são proibidos de capturar guaiamum nas áreas da fazenda (Figura 14).

Figura 14 -
Avisos fixados próximo aos limites da Fazenda Carioca.
Fonte: Pescador do Chavão



Além da área proibida ser muito extensa, ela é utilizada como estrada pela fazenda e os pescadores são proibidos de desembarcar ali.

“Até chegar ao aeroporto é tudo cercado. Cercam a beira do rio.”
(Pescador do Chavão)

“Eles tiram as nossas ratoeiras, jogam fora e pegam os guaiamuns para comer. Os tratores passam por cima também. Falta de conscientização da fazenda. Não existe respeito com o pescador.”
(Pescador do Chavão)

“A gente nem consegue chegar perto da fazenda. Se a gente amarrar o barco na frente, ainda no rio, eles mandam sair. Nós, ribeirinhos, temos o direito da margem do rio até 100 metros, mas eles chegam, desmatam, cercam, fazem e acontecem e ninguém faz nada, enquanto somos multados no nosso quintal.”
(Pescador do Chavão)

De acordo com os pescadores de ambas as comunidades, quando eles estão na área trabalhando na captura de guaiamum, são abordados de forma violenta pelos seguranças da fazenda.

“São seguranças armados com pistola. Me fizeram andar muito para sair da fazenda uma vez. Com uma arma na cabeça e um cavalo bufando no meu pescoço.”(Pescador do Arroz)

Como medida de repreensão, os seguranças muitas vezes quebram as armadilhas dos catadores (Figura 15).

“Quebram as ratoeiras, não deixam armar rede nem ratoeira e não deixam pescar.”(Pescador do Chavão)

Figura 15 -
Armadilhas destruídas
próximo aos limites
da Fazenda Carioca
Fonte: Pescador do
Chavão



Por influenciar negativamente na atividade de captura dos guaiamuns, este conflito também é considerado de máxima importância pelos pescadores do Chavão e do Arroz e, por isso, recebeu a máxima nota 5.


Veneno no rio

Este conflito, analisado pelos pescadores do Chavão, se dá entre os pescadores e os proprietários e gestores das Fazendas Carioca e Agrisa.

Segundo eles, as usinas de tratamento de cana-de-açúcar (Fazenda Agrisa) e de eucalipto (Fazenda Carioca) despejam resíduos químicos nas águas do rio poluindo-o e causando a mortandade de peixes e de outras espécies.

"Ano passado vazou muito resíduo e matou muito bicho." (Pescador do Chavão referindo-se ao tratamento de eucalipto)

"O veneno mata tudo. Mata peixe, guaiamum, capivara, jacaré e até a gente." (Pescador do Chavão referindo-se ao tratamento de eucalipto)



“Disseram que tinham parado, mas a gente sabe que está funcionando a todo vapor.” (Pescador do Chavão referindo-se ao tratamento de cana-de-açúcar)

“O vinhoto é altamente poluente.” (Pescador do Chavão referindo-se ao tratamento da cana-de-açúcar)

Os pescadores atribuíram nota 5 a esse conflito por gerar um impacto bastante expressivo, sinalizando o seu grau máximo de importância.

Durante a realização de outras atividades participativas no âmbito do Projeto Guaiamum, pescadores do Chavão e do Arroz alertaram sobre a decrescente qualidade das águas do rio São João ao longo dos anos. Para eles, além de ser muito preocupante, é urgente que essa questão seja devidamente resolvida.

Briga pela área / Roubo de ratoeiras e redes / Atitude predatória

Neste caso, trata-se do conflito estabelecido entre os pescadores do Chavão e os chamados pescadores *“de fora”*.

A questão mais comentada em relação a esses pescadores *“de fora”* ao longo das atividades junto à comunidade do Chavão refere-se a forma como eles atuam. Os pescadores alegam que eles trabalham de forma predatória, capturando guaiamum em grandes quantidades e em qualquer tamanho, armando e recolhendo as ratoeiras sem o menor cuidado com a vegetação em volta. Ainda, ocorre roubo de ratoeiras e de redes além da briga pelo espaço, pois não respeitam as áreas tradicionalmente utilizadas pelos pescadores da comunidade.

“Os pescadores de fora disputam a área, roubam redes, ratoeiras e nossos petrechos. Eles são irresponsáveis na forma de catar. São predadores. Já arrasaram a área deles e vem arrasarem a nossa.”
(Pescador do Chavão)

“Eles invadem o nosso espaço.” (Pescador do Chavão)

“É uma questão de respeito e consciência.”(Pescador do Chavão)

“Roubam o guaiamum e deixam a ratoeira, ou até mesmo roubam o guaiamum grande e colocam um menor. Já aconteceu de trocarem a ratoeira nova por uma antiga.”(Pescador do Chavão)

Este conflito também recebeu nota 4, refletindo alto grau de importância de acordo com a perspectiva dos pescadores locais.

Rasgar as redes de pesca

Os catadores de guaiamum do Arroz analisaram o conflito existente entre pescadores de rede e pescadores de anzol. Considerado muito importante, esse conflito recebeu nota máxima (5).


De acordo com os relatos, os pescadores de anzol rasgam propositalmente as redes do pescador que utiliza esse petrecho para a captura de peixes. Para eles, quando o anzol engancha na rede, os pescadores não tiram cuidadosamente. Também mencionaram que é possível saber onde as redes estão armadas e evitar pescar com anzol nessa área.

Por outro lado, um pescador de anzol justificou-se dizendo que não rasga de forma intencional.

*“Eu tenho um ponto estratégico onde pesco determinada espécie de peixe. Então, quando coloco o anzol, as vezes agarra na rede de um colega. Acaba rasgando a rede, mas não é de propósito.”
(Pescador do Arroz)*

Abordagem

Os pescadores do Arroz falaram sobre o conflito entre eles e a fiscalização, porém, sem clareza sobre quem fiscaliza e o que é fiscalizado de fato.



“Não sabemos se é o Ibama, a guarda florestal, o ICMBio ou a prefeitura.”(Pescador do Arroz)

Ainda assim, a forma que a abordagem é realizada foi a principal queixa dos pescadores, pois a consideram ofensiva e violenta. Por isso, foi atribuída por eles uma nota alta para o grau de importância desse conflito: 4.

*“Tratam a gente como bandido. Se for mulher [a fiscal] então, é pior. A abordagem da fiscalização de Cabo Frio é mais opressiva.”
(Pescador do Arroz)*

“Eles entram, verificam a rede e olham a embarcação toda. A gente já sabe quando eles estão vindo porque ouvimos o barulho da lancha.”(Pescador do Arroz)

Especificamente acerca da captura de guaiamum, os pescadores comentaram que há tempos ela não ocorre.

Defeso do guaiamum

O defeso do guaiamum instituído por meio da Portaria nº 53 do IBAMA, de 30/09/2003, determina a proibição da captura dessa espécie no período que vai de outubro a março.

Contudo, pescadores do Chavão e do Arroz defendem com convicção que esse defeso está no período errado e, dessa forma, não está protegendo a espécie como deveria. Por um lado, compreendem a importância de ter o defeso estabelecido, mas alegam urgência que este período seja revisto

Na Matriz de Conflito elaborada pelos pescadores do Arroz, esse conflito foi analisado pelos participantes. Os atores envolvidos são os pescadores de guaiamum e o IBAMA, pois foi essa instituição que elaborou a portaria e definiu o período de suspensão da captura da espécie.

Por ser considerado de grande importância e por influenciar muito e negativamente na atividade de pesca do guaiamum este conflito recebeu nota máxima (5).

Comercialização de guaiamuns pequenos ou filhotes

Os pescadores do Arroz explicaram que há um atravessador do Recife que compra guaiamum capturada no região há muitos anos. Para os pescadores, esse atravessador ameaça a espécie, pois compra em muita quantidade (milhares) e de qualquer tamanho.

Devido a essa demanda de guaiamuns envolvendo o atravessador que aceita comprar e também os pescadores que concordam em capturar e vender, os pescadores do Arroz consideram essa prática uma ameaça à sustentabilidade da espécie. Por isso, esse conflito recebeu nota máxima (5).

“Ele compra guaiamum filhote e em grande quantidade.”
(Pescador do Arroz)


3.3 OUTRAS QUESTÕES

Fiscalização

Sobre a fiscalização, os participantes do Chavão ressaltaram a importância de que ela ocorra de forma intensa e constante, principalmente sobre os invasores de terra e pescadores *“de fora”*.

Foi sugerido pelos pescadores do Chavão que os gestores da APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado realizem uma reunião com todos os catadores firmando um tipo de parceria na fiscalização. Segundo eles, a fiscalização já vem sendo realizada ao longo dos anos pelos próprios pescadores.

“Nós mesmos hoje já fazemos o papel de fiscal. Orientamos, ensinamos e colocamos para correr. Sempre foi assim. A gente aqui protege e cata de forma consciente.”(Pescador do Arroz)



Além disso foi sugerido que ao invés da atividade de captura de guaiamum parar por seis meses e os pescadores receberem o seguro defeso, os gestores da APA poderiam estipular uma quantidade máxima para cada pescador durante todo o ano.

“Dessa maneira não iria faltar guaiamum. Poderíamos ter uma cota limite sem precisar fechar a catação. Não trabalhar no período de inverno veio de uma consciência nossa.” (Pescador do Arroz)

“Falso pescador”

Houve um debate acalorado na comunidade do Chavão sobre o “falso pescador” que, segundo os participantes pode ser definido das seguintes formas:

“Pescador que diz que é e não é.” (Pescador do Chavão)

A questão é que há pessoas da comunidade que estão legalizadas como pescadores e até mesmo recebem o seguro defeso. Contudo, não exercem a atividade. Ou seja, segundo eles alguns moradores se cadastraram na Colônia de Pescadores como catadores de guaiamuns somente para receber o benefício previdenciário, causando indignação na maioria dos que realizam a atividade diariamente.

“Pessoas que falam que são catadores, mas não vão nem na beira do rio.” (Pescador do Chavão)

Um dos participantes, considerado “falso” pelos demais explicou que está devidamente cadastrado e recebe o seguro defeso, mas de fato não exerce a atividade. Ele mesmo questionou algumas vezes: *“Mas o que é um pescador falso?”*. Para ele, o fato de receber o benefício não tira o direito de outra pessoa receber, ou seja, não prejudica ninguém.

“É por causa dos que pensam assim que estamos sofrendo. Se eu não sou pescadora porque eu iria procurar uma colônia de pesca? Vai da consciência da pessoa. Não é culpa da colônia, não. Eu fico indignada. Em 17 anos nunca recebi o defeso e vejo um pescador falso, que não cata, receber. Isso me revolta.” (Pescador do Chavão)

Plantio e acampamentos autorizados

Os pescadores do Chavão gostariam de ter algum tipo de autorização para plantar para seu próprio consumo na área da APA e também ter os acampamentos regularizados. Segundo eles, isso daria maior segurança, regularizando algo que tradicionalmente já ocorre na prática.

“Poderíamos ter um rancho com autorização e poder plantar para comer.” (Pescador do Chavão)


Especificamente sobre o plantio, cabe destacar que não está claro para os pescadores se essa atividade é legalmente permitida.

4. Análise

Percebe-se que os conflitos de maior grau de importância para os pescadores do Chavão são, na maioria, aqueles os quais eles não possuem algum tipo de autonomia ou controle.

A forma de abordagem da fiscalização do Parque em relação a atividade de captura de guaiamum e o local de moradia dos pescadores do Chavão é considerada indevida e os danos ambientais causados pelos búfalos da Fazenda Carioca ou pela usina de tratamento de cana-de-açúcar da Fazenda Agrisa são sentidos diariamente e, portanto, considerados altamente prejudiciais.

Outro conflito grave para os pescadores do Chavão envolve as fazendas e os despejos de dejetos no rio São João, sejam eles da agricultura, usina de cana-de-açúcar ou de tratamento de eucaliptos. Ao longo dos anos esses pescadores vêm observando uma maior perda da qualidade das águas, chegando a presen-



ciar peixes desorientados e até mesmo mortos em dias após as fortes chuvas. É fato que isso precisa ser constatado por meio de análises para que os órgãos competentes possam tomar as atitudes cabíveis.

A abordagem violenta dos campeiros das fazendas e a proibição de capturarem guaiamum nessas áreas configuram-se em um conflito bastante importante na visão dos pescadores de ambas as comunidades. Por outro lado, trata-se de terras particulares e talvez, na ótica dos fazendeiros, a presença dos pescadores configure-se como uma invasão e, portanto, deve ser evitada. Neste caso, é essencial um estudo detalhado tanto dos limites das áreas citadas como da legislação pertinente, entendendo até onde vão os direitos de cada parte envolvida.

Em comparação com os conflitos citados acima, a atividade exercida pelos pescadores “de fora” é um pouco menos importante, mas ainda assim é considerada grave pelos pescadores do Chavão. Mais do que apenas concorrentes na atividade, o conflito se dá principalmente pela forma predatória a qual trabalham.

Os conflitos menos importantes, mas ainda assim relevantes, estão relacionados diretamente a atividade de captura do guaiamum: roubo de ratoeiras e invasão de espaço. Para alguns, apenas falta consciência por parte dos pescadores. Aparentemente os pescadores já se acostumaram com essa realidade e desenvolveram formas próprias de lidar com ela.

Em relação a conflitos relacionados à área de captura de guaiamum, um pescador do estuário do rio Goiana (PE/PB) explicou que se desloca para outro lugar quando chega em uma determinada área onde já tenha outra pessoa trabalhando. Para ele, essa estratégia é uma forma de evitar conflito e, conseqüentemente, configura em uma diretriz de sobrevivência, pois a captura de guaiamuns é, muitas vezes, realizada de forma solitária. Comentou também sobre a existência dos chamados “*ladrões de rateiras*”, ou seja, pescador que rouba armadilhas de outro pescador (SILVEIRA; BUTI, 2020).

Os pescadores do Arroz manifestaram grande preocupação com a relação de comercialização existente entre alguns pescadores de guaiamum e o atravessador do Recife. Por um lado, porque o atravessador compra, por outro porque há pescadores que capturam e vendem nos padrões solicitados ou aceitos pelo comprador. A questão aqui levantada é sobre a quantidade adquirida e o pequeno tamanho dos animais comercializados. Além de serem menores do que é estabelecido por lei, essa atuação predatória só vem a contribuir para o perigo de extinção da espécie.

Para os pescadores, outro conflito que afeta não só a atividade de pesca, mas também a conservação da espécie ocorre devido a Portaria nº. 53, de 30 de setembro de 2003, que estabelece o período de defeso do guaiamum. Para eles, o período estabelecido não condiz com o ciclo de vida do guaiamum e, portanto, não o protege.

Por isso, muitos pescadores afirmam correr o risco de sofrer penalidades oriundas das atividades de fiscalização por capturarem guaiamum no período proibido e procuram reduzir ou cessar a atividade quando consideram que a mesma pode ser prejudicial para a espécie. Em Mucuri (Bahia) também aconteceu de pescadores não concordarem com o período estabelecido para o defeso, considerando-o inadequado por não coincidir com a época de postura de ovos. Neste caso, os pescadores não sabiam corretamente o período do defeso, mas afirmaram que mesmo que soubessem não o obedeceriam (FIRMO et al, 2012). Portanto, este conflito só poderá ser minimizado quando forem realizados estudos a nível regional que, inclusive, considerem o conhecimento tradicional dos pescadores para subsidiar a determinação do período ideal para o defeso (FIRMO et al, 2012).



REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. 2012. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.

BIDEGAIN, Paulo; PEREIRA, L. F. M. Plano das bacias hidrográficas da região dos Lagos e do rio São João. Rio de Janeiro: CILSJ, 2005.

BIDEGAIN, P.; VÖLCKER, C. M. Bacia Hidrográfica dos rios São João e Ostras. Consórcio Intermunicipal Lagos São João - CILSJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2003.

BRASIL, MMA. Conflitos: estratégias de enfrentamento e mediação. Brasília: MMA, 2015.

BRITO, Daguinete Maria Chaves et al. Conflitos socioambientais no século XXI. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 4, n. 4, p. 51-58, 2012.


FIRMO, Angélica M.S. et al. Capture and commercialization of blue land crabs ("*guaiaumum*") *Cardisoma guanhumi* (Latreille, 1825) along the coast of Bahia State, Brazil: an ethnoecological approach. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, v. 8, n. 1, p. 1-12, 2012.

GELFUS, F. 80 Herramientas para el desarrollo participativo: Diagnostico, Planificacion, Monitoreo, Evaluacion. El Salvador: EDICPSA, 1997.

ICMBIO, Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da bacia do rio São João/Mico-Leão-Dourado. 2008. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/apa_bacia_rio_sao_joao.pdf. Acesso em: 5 dez. 2021.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA). Atlas dos Mananciais de Abastecimento Público do Estado do Rio de Janeiro: Subsídios ao planejamento e ordenamento territorial e ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Imprimindo Conhecimento, 2018. 464p. Disponível em: http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/Livro_Atlas-dos-Mananciais-de-Abastecimento-do-Estado-do-Rio-de-Janeiro.pdf. Acesso em: 30 dez. 2021.

MALAGODI, Marco Antonio Sampaio. Sobre conflitos ambientais e educação ambiental. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 8, n. 2, p. 31-44, 2013.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR). Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, s.d. Comitês de Bacias Hidrográficas. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/fortalecimento-dos-entes-do-singreh/comites-de-bacia-hidrografica>. Acesso em: 5 dez. 2021.

PINTO, Marcia Freire et al. Quando os conflitos socioambientais caracterizam um território. *Gaia Scientia*, v. 8, n. 2, p. 271-288, 2014.

QUINTAS, José Silva. Introdução à gestão ambiental pública. 2ª ed. Revista. Brasília: Ibama, 2006.

RIBEIRO, Natalia Barbosa; FORMIGA-JOHNSSON, Rosa Maria; MARTINS, Marília Salgado. Risco ecológico da Bacia Hidrográfica Lagos São João, RJ. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, v. 23, p. 447-458, 2018.

SEABRA, Vinicius da Silva; CRUZ, Carla Madureira. Mapeamento da dinâmica da cobertura e uso da terra na bacia hidrográfica do Rio São João, RJ. *Sociedade & Natureza*, v. 25, p. 411-426, 2013.

SILVEIRA, Pedro Castelo Branco; BUTI, Rafael Palermo. A vida e a morte dos guaiamuns: antropologia nos limites dos manguezais. *Anuário Antropológico*, v. 45, n. 1, p. 117-148, 2020.

VIVACQUA, Melissa; VIEIRA, Paulo Henrique Freire. Artigo: Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. *Política & Sociedade*, v. 4, n. 7, p. 139-162, 2005.

conflitos

O rio São João, localizado no estado do Rio de Janeiro (Brasil), consiste em um ambiente com diversos usos, tornando-se palco para que uma série de conflitos se manifestem, sejam eles de forma explícita ou velada.

Este livro se propõe a apresentar os diferentes usos desse rio e de suas áreas de entorno, bem como os conflitos que deste contexto emergem.

Tanto a identificação como a análise desses conflitos estão aqui registradas a partir da perspectiva dos pescadores que fazem da pesca artesanal do caranguejo guaiamum (*Cardisoma guanhumi*) no rio São João o seu meio de sustento.